

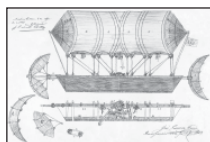
Francisco José Calazans Falcon
Professor titular do Programa de Pós-Graduação
da Universo e Professor titular aposentado da UFF.

De um Século a Outro

Uma nova época ou um novo mundo?

O artigo apresenta um panorama das duas viradas de século – do XVIII para o XIX e deste para o XX – como o nascimento de novos mundos ou épocas. Primeiramente, o autor analisa o contexto de origem e penetração das ideias iluministas e de crise do Antigo Regime na Europa. Na segunda parte, discute o começo de um novo mundo, marcado pela crença no progresso, pelos avanços tecnológicos e pelos grandes conflitos armados.

Palavras-chave: história das ideias; historiografia; história cultural.



The article presents a general view of the two turns of the century, from the 18th to 19th, and from this one to the 20th, as the beginning of new epochs. First

the author analyses the origins and spread of the Enlightenment, and the crisis of the *ancien régime* in Europe. In a second part, he discusses the beginning of a new world, noted for the belief in the ideal of progress, for the technological improvements, and for the great armed conflicts.

Keywords: history of ideas; historiography; cultural history.

De um século a outro: uma nova época ou um novo mundo? Passagem de século, mudança de época? Nascimento de um novo mundo? Na realidade, quando começamos a preparar este trabalho, logo percebemos a presença de dois sentidos distintos e pos-

síveis de serem depreendidos do tema proposto, dois sentidos ou, melhor, duas leituras para as noções de *passagem, época, e mundo*. Qual delas escolher então? A passagem do século XVIII ao XIX, ou a do século XIX ao XX? Afinal, em relação às duas são pertinentes as indagações

A

baseadas nas ideias de *época e mundo*. Concluimos então, preliminarmente, que a proposta deste trabalho já continha em seu bojo uma espécie de duplicidade interpretativa do ponto de vista do observador do oitocentos. Origens e continuidades/rupturas.

Decidimos, então, pela abordagem daquelas duas passagens, a especificidade histórica de cada uma delas, os diferentes espaços-tempos que as caracterizam. Percebemos, também, que não caberia no tempo de que podíamos dispor mais do que algumas pinceladas bastante amplas a respeito das características mais significativas historicamente de cada uma daquelas passagens.

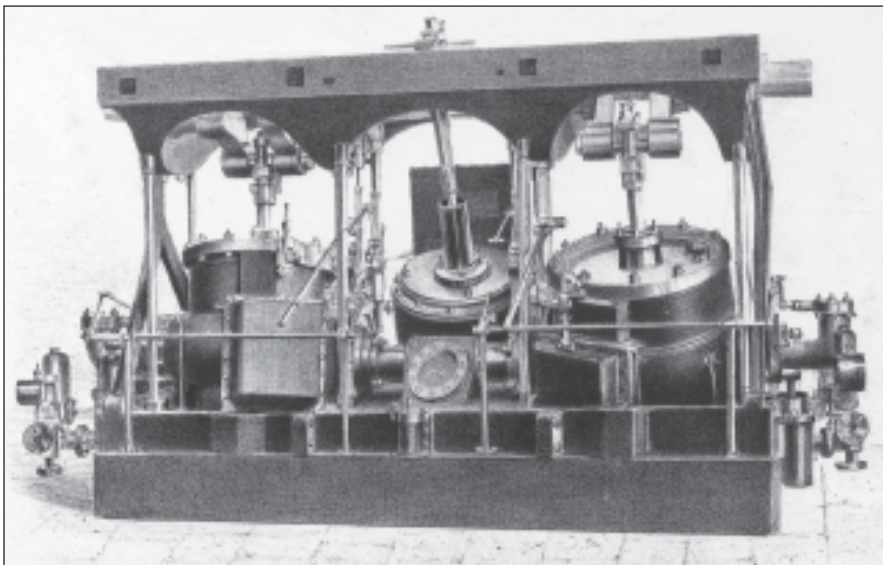
Começamos então pela primeira, a mais antiga em termos cronológicos, entre o último quartel do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Afinal, é ao longo desse percurso cronológico que se situa o gran-

C

de acontecimento histórico do ano de 1808 – a transmigração da Corte portuguesa da metrópole lusitana para as terras brasileiras.

A fundação de um *Império nos trópicos*, no bojo da transferência da Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807-1808, processou-se no âmbito de um contexto histórico caracterizado pelo impacto da Revolução Francesa sobre a sociedade do Antigo Regime, a partir de 1789, com repercussões as mais variadas em termos políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos.

Convém não perder de vista que a Revolução Francesa eclodiu em pleno *mundo ocidental (dos historiadores do século XX)*. Na realidade, tratava-se de um mundo dominado até então, com poucas exceções, pelas práticas e instituições típicas do *Ancien Régime*: o Estado absolutista, uma sociedade de ordens ou estamental, o mercantilismo como mistura de ideias e

E

Máquina a vapor produzida no Arsenal da Marinha e apresentada na Exposição Nacional de 1861, no Rio de Janeiro

práticas econômicas, a contestação à preeminência intelectual e pedagógica eclesiástica pelos filósofos e artistas da Ilustração/Iluminismo, a ascensão mais rápida ou mais lenta do *terceiro estado*, as disputas pelo domínio sobre a expansão mercantil e colonial ultramarina.¹

A Revolução Francesa teve início quando eram ainda bastante recentes os acontecimentos da revolta das colônias inglesas da América do Norte contra o domínio britânico – a chamada Revolução Americana – e, por outro lado, quando o Iluminismo, ou seja, a hegemonia das ideias ilustradas, associadas ao prestígio dos filósofos, sob o domínio da Razão, aprofundava seus ataques às igrejas em geral, mas em particular à Igreja Católica Romana. A partir da década de 1790, o racionalismo iluminista já começa a experimentar as primeiras ondas hostis do movimento romântico, isto é, do Romantismo, sobretudo em terras germânicas, mas não só.²

Mas o último quartel do setecentos foi também o palco de transformações cruciais nas explorações agrícolas e nas atividades manufatureiras em algumas poucas regiões europeias, a começar pelas ilhas britânicas. A chamada *revolução agrícola*, baseada no *cercamento dos campos* e na introdução de novas práticas e técnicas agrícolas, de viés capitalista, abriu caminho a transformações ainda mais radicais e decisivas na esfera da produção industrial, com a introdução de diversos tipos de máquinas, a começar

pela máquina a vapor. A partir daí afirmou-se o poderio econômico da Grã-Bretanha, caracterizado pela íntima integração da exploração e do comércio coloniais com a produção industrial da metrópole. Em plano mundial, vivia-se então a realidade, dia a dia mais evidente, da preponderância britânica do ponto de vista do *sistema econômico mundial*.³

Simultaneamente, porém, vivenciavam-se as seculares disputas entre uma Inglaterra senhora dos mares e uma França preponderante no continente europeu e sempre pronta a disputar à Inglaterra rotas marítimas e espaços coloniais. É nesse cenário de intermináveis disputas anglo-francesas, espécie de nova Guerra dos Cem Anos, que se deve interpretar o problema específico de Portugal, inclusive a decisão tomada em 1807 de transferir a Corte para o Rio de Janeiro.

Quanto à Europa continental, desde meados do século XVIII vinham acentuando-se as diferenças econômicas, sociais, políticas e culturais entre alguns poucos países ou regiões centrais, como a França, os Países Baixos austríacos, as Províncias Unidas, a Renânia e a Suíça, relativamente mais desenvolvidos que os demais, e uma espécie de Europa periférica, mais atrasada e amarrada às instituições do *Ancien Régime*: os países ibéricos, os estados italianos, a maior parte dos Estados germânicos, as terras das coroas da Áustria e da Hungria, a Polônia e a Rússia. Não por simples acaso, foi nos territórios desses Estados que surgiram na segunda

metade do século XVIII as políticas reformistas, ditas *ilustradas*, caracterizadas pelas ações de governos monárquicos cujos príncipes e/ou ministros mais influentes buscaram intervir diretamente nos diversos setores da sociedade, através de leis e decretos tendentes a induzir transformações econômicas e mudanças sociais e culturais tidas então como necessárias ao crescimento econômico, à *modernização* e ao progresso em geral, segundo o modelo de ideólogos e as exigências dos erários régios e de novas camadas sociais em ascensão.

Políticas econômicas mercantilistas, associadas a práticas reformistas as mais variadas, sobretudo em relação à sociedade e à cultura, configuram então um processo de mudanças “pelo alto”, as quais ficaram conhecidas desde então como *despotismo esclarecido*, ou *absolutismo esclarecido*.⁴

Em Portugal, esse reformismo ilustrado corresponde ao reinado de d. José I, quando seu principal ministro, o secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, empreendeu a ferro e fogo a tarefa de pôr em prática as múltiplas reformas que deveriam levar o reino luso à modernidade plena, notadamente no plano mercantil, educacional e cultural, por meio da submissão irrestrita da velha aristocracia e da afirmação do poder real em face da antiga hegemonia eclesiástica. Assim, de 1750 até 1777, o *despotismo e o arbítrio*, como diziam seus adversários, marcou o exercício do poder monárquico.⁵

Morto d. José I, afastado Carvalho e Melo para o exílio em Pombal, por ordem de d. Maria I, iniciou-se um período de ruptura e ao mesmo tempo de continuidade em relação à *época pombalina*, durante o qual, apesar de alguns equívocos suscitados pela ideologia da *Viradeira*, as idéias do reformismo ilustrado predominaram, ajustando-se aqui e ali às realidades dos novos tempos. Com a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, e o prosseguimento das mudanças modernizadoras na Universidade de Coimbra, abriu-se uma nova era repleta de perspectivas otimistas para Portugal e seus domínios. Foi também nessa época que as ideias fisiocráticas ganharam força, traduzindo-se em estudos voltados para a investigação e o aproveitamento dos recursos naturais do *império* lusitano.⁶

Trata-se também de uma época marcada em Portugal e outras partes da Europa pela penetração lenta, mas continuada, das *ideias francesas*, ou seja, as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, sempre bastante críticas em relação ao arbítrio do poder típico dos regimes absolutistas, à intolerância religiosa, à censura intelectual e aos inúmeros privilégios sociais ainda existentes.

De um ponto de vista cronológico, a passagem de um século a outro, isto é, do século XVIII ao XIX, deveria ser entendida em função de dois momentos distintos: em primeiro lugar, 1789, início da Revolução Francesa, ponto de partida da própria ideia de revolução que haveria

de assombrar, em diversos sentidos, interesses e mentalidades conservadores, ao longo de todo o século XIX e começos do século XX; em segundo lugar, 1815, fim das guerras napoleônicas e marco inicial da Restauração antirrevolucionária, quase sempre associada ao Congresso de Viena e sua tentativa de reconstituir o mapa político-territorial da antiga Europa absolutista. Entre essas duas datas, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e o início da *interiorização da metrópole*, ou, se assim o preferirmos, da *construção de um novo Império nos trópicos*.⁷

Muitas continuidades e inumeráveis inovações acompanharam tais mudanças. Delas tem se ocupado constantemente a historiografia, sobretudo em ocasiões, como a atual, em que se comemora o importante marco cronológico do bicentenário da *transmigração*. Historiá-las, no entanto, seria escrever mais uma vez a história do Reino Unido e aquela outra, bem mais longa, do Brasil Império. Fiquemos, por ora, tão somente, com o breve panorama que procuramos desenhar daquela primeira passagem de épocas e de mundos.

Pensemos, a partir de agora, na segunda das passagens antes mencionadas: a *passagem* do século XIX para o século XX – mudança de época, emergir de um novo mundo, e, no caso brasileiro, passagem do Império à República.

Há muitas coisas convenhamos, uma certa demasia de sentidos quando se trata

da história dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX. Coisas demais, repetimos, quando sequer temos clareza suficiente acerca das tomadas de consciência associadas às noções de *época e mundo*. Pensamos então em como tais noções podem assumir sentidos ou significações muito diferentes, conforme pretendamos associá-las aos próprios agentes históricos seus contemporâneos, ou à história da história elaborada desde então, por historiadores até o momento atual.

Trata-se aqui, portanto, de lidar com aquelas duas perspectivas possíveis em todo trabalho historiador: a perspectiva dos contemporâneos, ou seja, daqueles que vivenciaram em suas várias dimensões os próprios acontecimentos a partir dos quais as diversas narrativas historiográficas foram produzidas, e, em segundo lugar, as perspectivas presentes em tais narrativas com suas variadas interpretações, construídas que foram *a posteriori* pela própria escrita da história.

Entre o último decênio do século XIX e o primeiro do século XX, habituamo-nos a acreditar na existência de uma espécie de *passagem*, não somente cronológica, entre dois grandes séculos, ou dois grandes mundos. Pensamos então nas grandes realizações do oitocentos, seus indiscutíveis progressos em todos os campos do conhecimento humano, nas realizações da civilização ocidental, e não podemos deixar de lembrar *Les bourgeois conquérants*, de Charles Morazé,⁸ ou

tampouco esquecer o quase profético *Essai sur l'accélération de l'histoire*, de Daniel Halévy,⁹ entre tantos outros.

A lembrança dos inúmeros progressos associados ao século XIX constitui o indispensável pano de fundo da mitologia da *Belle Époque*, espécie de antessala do mundo contemporâneo. No entanto, é aqui que ronda o perigo: a perspectiva otimista que a *Belle Époque* de certa maneira simboliza, representa o risco bastante real de dois esquecimentos imperdoáveis: o esquecimento da face sombria e trágica dessa mesma *Belle Époque*, e o esquecimento da própria história que se seguiu – a começar pela Primeira Guerra Mundial.

Assim, se estamos à procura de algo realmente novo, é uma década adiante que precisamos ir buscá-lo. Somente então estaremos em condição de compreender que a passagem de um século a outro é importante sim, por tudo que ela parece antecipar de ameaçador no século que se inicia, em contraste com uma certa imagem literária de paz, prazer de viver, domesticação dos conflitos, e dos sentidos.

ALGUMAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Pensamos, em geral, na passagem de um século a outro como se tratasse de um acontecimento, inserido no próprio curso da Idade Contemporânea, ou até mesmo como o seu verdadeiro início. É certo que de acordo com uma tradição hoje já bastante antiga, a Idade Contemporânea começou com

os acontecimentos de 1789, isto é, com a Revolução Francesa. Bem, mas essa era uma maneira de ver as coisas tipicamente gaulesas, a qual, no entanto, acabamos por incorporar à nossa própria visão de mundo. Muito diversa, por exemplo, da visão anglo-saxônica, propensa a prolongar a *Modern History* até depois da metade do século XX, ficando a *Contemporary History* para os fatos mais próximos do historiador, enquanto a noção de *Current History* antecipava de certo modo a chamada história do tempo presente dos dias atuais.

Aliás, há bastante tempo, o historiador G. Barraclough propôs, a partir de argumentos ponderáveis, o ano de 1870 como sendo o começo da Época Contemporânea. Bem, mas essas são antigas quereelas, amareladas pelo tempo e quase esquecidas hoje em dia.

Na atualidade, a tendência é substituímos os debates a respeito dos começos da Idade Contemporânea pelas polêmicas acerca das origens e características do século XX, isto é, suas dimensões históricas. Cada vez mais, a ideia de Época Contemporânea tende a identificar-se com o próprio século XX.

Vieram, assim, a *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*, escrito por Eric Hobsbawm,¹⁰ e *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*, de Giovanni Arrighi,¹¹ tendo como limites a Grande Depressão, de 1873-1896, e a crise econômica mundial da década de 1970, ao passo que Hobsbawm

fixara como limites do “breve século XX”, os anos de 1914 e 1991.

As interpretações da Época Contemporânea variam bastante conforme predominem as dimensões econômicas ou não, pois – uma vez relativizados os excessos do economismo e recolocadas em cena em sua real importância – as questões políticas e ideológicas, além, é claro, das reflexões filosóficas e das diversas práticas culturais, mudam bastante os desenhos desse mesmo mundo contemporâneo tomado como sinônimo do século XX.

Na realidade, a maioria dos grandes estudos históricos sobre a Época Contemporânea baseia-se em questões estruturais e conjunturais de natureza essencialmente econômica, analisadas a partir de pressupostos sistêmicos e tendo como horizonte necessário o processo de globalização. Trata-se de questões importantes, certamente, talvez até mesmo fundamentais, conforme o ponto de vista adotado, mas que para nós, sobretudo a partir das dimensões bem mais modestas deste nosso trabalho, padecem de um duplo inconveniente: são excessivas e unilaterais.

AS MÚLTIPLAS HERANÇAS DO SÉCULO XIX

A pesar de não simpatizarmos muito com a noção de *herança* aplicada aos fenômenos históricos, decidimos, aqui, abrir uma exceção a fim de melhor enumerarmos os principais aspectos que expressam, nos vários níveis da realidade, as gran-

des realizações e os complexos problemas da *herança* do século XIX para o século XX.

Economia e tecnologia

Temos então, no plano econômico, as grandes transformações associadas à Segunda Revolução Industrial e aos significativos avanços realizados pela tecnologia. Ao mesmo tempo, verificam-se as mudanças que caracterizam a superação do capitalismo liberal pelo capitalismo oligopolista e imperialista. Fundamentais foram, assim, para boa parte dessas transformações, os efeitos da chamada Grande Depressão do século XIX (1873-1896) e os avanços tecnológicos cada vez mais rápidos resultantes da associação intensa entre as ciências e suas aplicações práticas.

Louis Pomméry,¹² ao resumir as principais marcas características dos gigantes avanços e das mais importantes transformações que distinguem 1900 de 1800, destaca o progresso técnico: uma segunda revolução industrial, a ascensão da eletricidade com relação ao vapor, a entrada em cena do petróleo, a importância cada vez maior das indústrias químicas, a eletrometalurgia, a eletroquímica, a invenção da seda artificial, a indústria automobilística, o emergir da indústria aeronáutica, isto é, as descobertas se multiplicam: “uma única geração vê nascer o fonógrafo, o cinematógrafo, o telégrafo sem fio, o automóvel, a navegação submarina, a aviação”.¹³

Acrescente-se, ainda, a expansão da publicidade, a produção em massa e em série, a aceleração dos transportes.

Mudanças e mais mudanças, materializando de certa maneira a ideologia do progresso, numa nova arrancada da economia capitalista a partir de 1896; um clima que cerca de expectativas otimistas a aproximação do novo século.

Apenas para contrastar o nosso próprio discurso, vale mencionar neste passo o texto fundamental de Karl Polany, *A grande transformação*: as origens da nossa época.¹⁴ Segundo ele, o que marca verdadeiramente as origens de nossa época é a ascensão e queda da economia de mercado, que garantiu cem anos de paz e prosperidade a partir do mercado autorregulável. Entre o final do oitocentos e 1920, diversas forças de ruptura vieram romper o equilíbrio das engrenagens econômicas, sociais e políticas dominantes no século XIX.

A civilização do século dezenove não foi destruída por ataques de bárbaros externos ou internos; sua vitalidade não foi solapada pelas devastações da Primeira Guerra Mundial, nem pela revolta de um proletariado socialista ou de uma classe média baixa fascista. Seu fracasso não foi consequência de alguma suposta lei de economia, como a da taxa de lucros decrescentes, a do subconsumo ou a da superprodução. Ela se desintegrou como resultado de um conjunto de causas inteiramente diferen-

tes: as medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, por sua vez, pela ação do mercado autorregulável.¹⁵

Tensões na política externa

As interpretações econômicas, ou predominantemente econômicas, são insuficientes como instrumentos de compreensão dos grandes problemas com os quais o historiador se defronta ao analisar a passagem do século XIX para o século XX. É imprescindível retomar conceitos e noções hoje em desuso a fim de que se possa pensar concretamente a totalidade do mundo capitalista. E inevitável não se trazer ao debate a questão do auge do imperialismo colonialista, com suas disputas coloniais e políticas protecionistas, assim como é inescapável de nosso horizonte a existência da *paz armada* e os constantes conflitos diplomáticos e militares localizados regionalmente.

A primeira coisa a se ter em vista é que no último decênio do oitocentos e no primeiro do novecentos agravou-se, sobretudo, a competição entre as grandes potências capitalistas e imperialistas, sobretudo porque ao lado da antiga rivalidade anglo-francesa entraram em cena as pretensões e conflitos da Alemanha, Bélgica, e Itália, bem como o expansionismo japonês, às custas da China e em conflito aberto com a Rússia, além do imperialismo norte-americano, principalmente a partir de 1898, quando derrotou a Espanha e se apropriou do pouco que restava do antigo império colonial hispânico.

Acrescente-se, ainda, que um sistema de alianças entre as grandes potências criara um complexo de obrigações políticas e militares que conferiam ao panorama internacional um clima de *paz armada*, no contexto da qual era cada vez mais intensa a concorrência armamentista. Um sistema diplomático dos mais intrincados caracterizava a busca do equilíbrio de poder entre as grandes potências, na tentativa de amenizar choques resultantes das rivalidades extraeuropéias. Estavam em jogo considerações de prestígio nacional, disputas comerciais, rivalidades coloniais. As rápidas inovações tecnológicas faziam parte também desse jogo de poder, pois influenciavam a modernização das forças armadas nacionais *pari passu* com a generalização do serviço militar obrigatório, princípio básico da ideologia da *nação em armas*. Meios de transporte mais rápidos, armamentos mais eficazes, tinham como questão-chave os planos de mobilização de cada país, peças fundamentais na estrutura e funcionamento das principais alianças. Para muitos políticos, intelectuais e mesmo uma parte dos setores militares, o equilíbrio de forças entre os sistemas de alianças era a melhor garantia de que um conflito armado entre as principais potências era algo impensável na prática. Não haveria guerra, dizia-se, mas, se ela vier a explodir, será de curta duração, pois nenhum país dispõe de recursos humanos, materiais e financeiros para sustentá-la por mais de uma semana.

Questões ideológicas e movimentos sociais

Seja como for, no entanto, é comum pensar-se na *Belle Époque* como exemplo de uma época particularmente feliz da história do mundo ocidental. Quando mais não seja por contraste com tudo aquilo que se lhe seguiu. Todavia, essa visão dourada dos primeiros anos do século passado nada mais é do que a visão retrospectiva construída por aqueles que podiam então usufruir um padrão de vida elevado. Mas, para acreditar nessa visão é necessário esquecer ou fazer de conta que não existiam duas questões pelo menos: primeira, as divisões ideológicas e suas tendências políticas; segunda, os conflitos sociais em termos de movimentos, reivindicações e injustiças de toda ordem.

As instituições políticas de então, baseadas no sistema parlamentar, pressupunham um bipartidarismo como forma dominante e, segundo, a existência de minorias descontentes, radicais, à direita e à esquerda do espectro político, como grupos ativos, loquazes, mas incapazes de desafiar eleitoralmente a maioria liberal e os socialdemocratas. Os efeitos da universalização do direito de voto (masculino) e da massificação social crescente só viriam a ser percebidos de fato após o primeiro conflito mundial. Até 1914, acreditava-se muito na realidade e importância de uma vida política civilizada, bem comportada, fiel às regras do jogo democrático, apenas perturba-

da, é bem verdade, por um ou outro atentado anarquista.

Os progressos da industrialização levada a cabo pelo capitalismo monopolista ajudaram a fortalecer uma alta burguesia de banqueiros, industriais e comerciantes, com forte presença política e que bem ou mal agia em comum acordo com os quadros remanescentes da antiga aristocracia fundiária ou ligada ao aparelho estatal. Ao mesmo tempo, essa expansão capitalista, acompanhada de um forte crescimento demográfico, multiplicou o proletariado urbano, aumentando o número de sindicalizados, apesar das diferenças ideológicas e político-partidárias. Divisões entre os socialistas, cisões entre os anarquistas, esforços em prol de uma presença maior das igrejas no terreno da questão social, eram focos de conflitos por vezes violentos. Como consequência de todos esses elementos socioeconômicos, a realidade da luta de classes, as greves numerosas, as práticas repressivas.

Tais aspectos evidenciam a complexidade da vida política e social em plena *Belle Époque*, seus inúmeros conflitos e tensões, as muitas ameaças que então rondavam seu aparente equilíbrio, o custo real, sobretudo em termos sociais, de uma ideologia francamente utópica.

Temas para uma história cultural

Eis aqui um item fundamental, mas por demais diversificado. A rigor, se tivermos presente a diversidade de tópicos abran-

gidos hoje em dia pela história cultural, a época que elegemos como nosso objeto de estudo é extremamente rica em termos de ideias e práticas culturais. Pensamos aqui nos inúmeros debates, disputas e conflitos que então tiveram lugar na esfera do pensamento filosófico e científico, das teorias artísticas e literárias e suas múltiplas manifestações em todos os campos da vida intelectual, nos novos movimentos sociais, como, por exemplo, o feminismo, no cotidiano da existência social, nas novas formas e lugares de convívio social, na importância dos espaços públicos etc.

Na história das ideias, por exemplo, várias são as correntes que se opõem ao positivismo cientificista numa espécie de *revolta antipositivista*, como a denominou Hughes.¹⁶ Numa outra ordem de ideias, mais em termos de história cultural, não se pode deixar de lado *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média, 1815-1914*,¹⁷ assim como a monumental série *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud*.¹⁸

No âmbito da história da arte, encontramos as primeiras manifestações vanguardistas, como o futurismo, e os primeiros acordes modernistas na música. Embora seu desenvolvimento mais amplo tenha ocorrido a partir de 1920, convém não esquecer suas origens anteriores a 1914.

Todavia, por mais importantes que tenham sido, como o foram de fato, essas manifestações filosóficas, culturais

e artísticas são algumas das ideologias político-sociais herdadas do século XIX que irão literalmente *explodir* o mundo tal como este fora construído no oitocentos.

Papel decisivo das ideologias

Referimo-nos, neste passo, às ideologias dominantes ao longo do século XIX e que foram legadas por este último ao século XX: trata-se de ideias ou conceitos verdadeiramente fundamentais, expressos quase sempre através de alguns pares bastante conhecidos, como, por exemplo, as questões inerentes à liberdade e à igualdade, ou aos conflitos entre tradição e revolução, além de tantos *ismos* típicos dessa época: nacionalismo, evolucionismo, racismo, modernismo, vanguardismo, anarquismo, comunismo, socialismo, apenas para citar alguns deles.

Dentre todos esses conceitos, autênticas ideologias com seus próprios ideais e crenças, destacam-se duas que foram de fato o mais importante e mais trágico legado do século XIX ao século XX: as ideologias da revolução e do nacionalismo.

Revolução, assim mesmo, no singular, como tão bem a analisou Koselleck,¹⁹ é a entidade que afirma a promessa do devir anunciado pela Revolução Francesa, como revolução burguesa, primeiro, como revolução proletária, no futuro. Palavra mágica, revolução significou os movimentos românticos da burguesia liberal, antes de se tornar sinônima ou síntese das esperanças e reivindicações

proletárias anticapitalistas entendidas como o próprio sentido do processo histórico. Assim como havia tirado o sono a Metternich, a revolução perturba a tranquilidade da *Belle Époque*.

O nacionalismo, em suas diversas manifestações, traduz os impasses da geopolítica do *Ancien Régime*. As nações, quer as consideremos ou não como *comunidades imaginárias*, à maneira de Benedict Anderson, se afirmam ou se constroem como entidades históricas, sobretudo na primeira parte do século XIX. Logo, no entanto, um novo tipo de nacionalismo começa a se desenvolver a partir mais ou menos de 1870 – o nacionalismo expansionista, imperialista, em estreita associação com ideologias apoiadas em conceitos como civilização, cultura, raça, missão e progresso. As ideologias nacionalistas, cada vez mais intolerantes, radicais e agressivas, parecem justificar ou mesmo promover a exploração dos povos colonizados.

Dos encontros e desencontros entre revolução e nacionalismo, o século XX fará seus próprios usos, não raro contraditórios, de sua herança oitocentista.

Chegamos, assim, ao final desta longa exposição na qual tentamos dar algumas respostas, segundo perspectivas bastante gerais, às interrogações contidas no nosso tema: mudança de épocas, de mundos, passagens históricas decisivas do final do século XVIII aos começos do século XX.

N O T A S

1. HOBBSAWM, Eric. *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1962.
2. TILLY, Charles. *As revoluções europeias*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
3. WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system: capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century*. New York and London: Academic Press: 1974; e *The capitalist world-economy: essays*. London: Cambridge University Press, 1979.
4. CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l'Europe des Lumières*. Paris: Arthaud, 1971.
5. FALCON, Francisco José C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
6. VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
7. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
8. MORAZÉ, Charles. *Os burgueses à conquista do mundo*. Lisboa; Rio de Janeiro: Cosmos, 1965.
9. HALÉVY, Daniel. *Essai sur l'accélération de l'histoire*. Paris: Arthème Fayard, 1961.
10. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (1994).
11. ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996 (1994).
12. POMMERY, Louis. *Aperçu d'histoire économique contemporaine*. Paris: Librairie de Médicis, 1952, tome I – 1890-1939.
13. Idem, *ibidem*, p. 7-28, especialmente p. 15.
14. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 167 e segs.
15. Idem, *ibidem*, p. 243.
16. HUGHES, H. Stuart. *Coscienza e società: storia delle idee in Europa dal 1890 ao 1930*. Torino: Einaudi, 1967 (1956).
17. GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média, 1815-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
18. GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; e *A experiência burguesa: guerras do prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
19. KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Puc-Rio, 2006, p. 61-77.

Recebido em 14/2/2009
Aprovado em 28/5/2009